



O que andamos para aqui chegar, por Filinto Melo (jornalista)

Na véspera do aniversário do 25 de Abril, a Escola Portuguesa de S. Tomé e Príncipe recebeu uma conferência sobre a descolonização portuguesa do pós-25 de Abril. O ponto alto foi a palestra de Filinto Costa Alegre, apresentado pelo professor José Trigueiros, que relatou os momentos-chave que levaram à independência e explicou por que falta cumprir a descolonização.

O processo de descolonização começou em agosto de 1960, quando os santomenses constituíram um movimento de libertação, o Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe, defendeu Filinto Costa Alegre, antigo líder da maioria da Assembleia Nacional. “No meu entender, a Descolonização começa quando se inicia o diálogo com a potência colonial”, prosseguiu, “criado o CLSTP, houve a ferramenta indispensável para se ter esse diálogo com a administração portuguesa”.

Costa Alegre enquadrou o aparecimento deste movimento no espírito da época. Uma geração depois da participação de cerca de um milhão de africanos na II Guerra Mundial no continente europeu é na Etiópia, por exemplo, e depois dos processos das independências – mais ou menos “armadilhadas” pelas potências coloniais mais ricas, como França e Inglaterra – foram então criadas as condições para o surgimento dos movimentos de libertação nos países ligados a uma potência mais pobre, Portugal. Questionando os alunos, o jurista respondeu com eles os nomes de alguns desses movimentos, como o MPLA, Frelimo e PAIGC e dos seus conhecidos líderes.

Em S. Tomé e Príncipe “devido à pequenez do território” e à existência da “mesma política repressiva que tinha em Portugal”, usando a omnipresente PIDE para a perseguição dos cidadãos e cercear a liberdade da população, “não era possível qualquer ação de movimento de libertação ou reivindicação”, embora “isso não quer dizer que não houvesse combate ao colonialismo”. Aqui, com a criação do Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe, como sublinhou Costa Alegre.

Desde 1960 até ao 25 de Abril, os líderes deste movimento “estavam fora do país”, quando se criou o Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe em 1972, como “o Pinto da Costa, o Miguel Trovoada ou o Lionel D’Alva que foram os primeiros dirigentes do MLSTP”.

Ao contrário de outros territórios colonizados por Portugal, como a Guiné-Bissau que declarou a independência ainda antes do 25 de Abril, não se passou nada de particular em S. Tomé e Príncipe até à revolução portuguesa. Em 1974 houve, finalmente, as condições para se criar o Movimento de Libertação, o MLSTP e “mudou-se o figurino”.

Conta Filinto Costa Alegre que, nessa altura, apesar das mudanças “os dirigentes do movimento não quiseram regressar a S. Tomé, por motivos que só eles saberão, e deu-se a necessidade de avançar em coordenação com a direção do MLSTP de virem, eu e outros, para atividades políticas”. “A 15 de junho, criamos a Associação Cívica pró-MLSTP que começou a fazer a mobilização política com vista à independência”, explica.

Este grupo, entre os quais se encontravam os deslocados em Portugal, passou algumas dificuldades que conseguiram “sempre superar”, nas palavras do convidado da EPSTP. Uma



delas era a dificuldade de reconhecimento do MLSTP como representante legítimo do povo santomense, uma vez que não tinha havido luta armada antes da revolução portuguesa, outra foi o surgimento da Frente Popular Livre, “um movimento que chamaríamos de conservadores, que defendia uma solução de federação com Portugal”. Estes foram convencidos que o país devia caminhar para a independência e os representantes do novo poder em Portugal perceberam a vontade de independência de S. Tomé através de movimentações de massa organizadas pela Associação Cívica pró-MLSTP, através de manifestações e greves. “Parámos este país”, recordou Filinto Costa Alegre, “até que o governo de Lisboa reconheceu o MLSTP como representante do povo de S. Tomé e Príncipe e marcou negociações”.

As negociações de Argel resultaram na marcação da data de tomada de posse do governo de transição e da criação da assembleia constituinte para criar a Constituição do novo Estado e declarar a Independência. Até 12 de Julho de 1975, explicou Costa Alegre, houve várias desinteligências entre as forças políticas e sociais de S. Tomé, bem como com os representantes da colónia, exemplos de visões diferentes dos caminhos a tomar pelo país que estava em gestação e que acabaram por determinar o fim da “Cívica”.

Filinto Costa Alegre defende que esse processo marcou o desenvolvimento do país. “Nós não combatemos, nós não arriscamos as nossas vidas para que S. Tomé e Príncipe esteja como está neste momento”, lamentou. Ficou para fazer um melhor trabalho na educação, disse, considerando que a excelência da EPSTP é de tal forma que será “talvez a única escola capaz de vos tornar competitivos, tendo em conta a exigência do mundo moderno”. Além da educação, também a saúde e o mercado de trabalho não evoluíram como seria necessário.

Por isso, no processo, ficou uma descolonização por fazer, refere. “Descolonizar no sentido amplo, descolonizar seria deixar para trás todas as características que definiam a colónia. E estamos muito longe disso”, lamenta.